

Acta 7 – Assembleia-Geral Ordinária

Aos vinte e nove dias do mês de Março de dois mil e oito, realizou-se na sede de Inválidos do Comércio (IC) uma Assembleia Geral (AG) Ordinária, convocada para as treze horas e trinta minutos com um ponto único na Ordem de Trabalhos (OT): **Apreciar e votar o Relatório e Contas da Direcção e o Parecer do Conselho Fiscal**, relativos ao exercício de dois mil e sete.

A reunião teve início às catorze horas e trinta minutos por à hora da primeira convocatória não estar reunido o quórum. Estavam presentes cento e vinte e cinco (125) sócios. A Mesa da Assembleia estava assim constituída: Presidente, Luís Filipe Ferreira; 1º Secretário, João Manuel Quintas; 2º Secretário, Alfredo Diniz Abrantes.

Período de antes da OT

No início da sessão, o sócio 6393 (Alberto Grijó) apresentou um requerimento para que fosse “dado um voto de confiança à Mesa para elaboração da acta da sessão decorrente, considerando-a desde já aprovada”. O requerimento foi votado e aprovada por maioria com 8 votos contra.

O sócio 2090 (Miguel Oliveira) pediu à Direcção que averiguasse o que de facto se passou e como acedeu ao telefone, uma residente sua conhecida que uma noite terá feito um telefonema para casa a pedir que a fossem buscar

O sócio 17280 (Viriato Cartaxo) pediu a rectificação da Acta 6 da AG de 10 Novembro 07, na parte da sua declaração no sentido que a nota vinte ao plano de acção se “dirigia às partes que não referira ter dúvidas” (Ponto 2 da OT) e que na discussão da Proposta 01 (Ponto 4 da OT) “pediu veementemente à Direcção que retirasse a proposta e considerasse a possibilidade de ser aberto um concurso público e que esses pedidos não foram aceites”. Também pediu que a Acta mencionasse nestes assuntos o seu “voto contra”, pedido que a Mesa não aceita uma vez que consultados os apontamentos e a gravação da sessão, não se encontra qualquer referência a votos contra nestes pontos. Na sua intervenção retomou críticas que fizera à Direcção na anterior AG, a propósito do concurso e da adjudicação das obras da 4ª fase.

O sócio 20761 (Francisco Cavalheiro), a propósito da intervenção do Sr Cartaxo criticou a Mesa por não ser mais interveniente no controle da duração das intervenções de forma a garantir mais espaço para mais sócios falarem.

O sócio 2619 (José Trindade) criticou o facto de não lhe ter sido enviada a convocatória desta AG e também a quota mensal que na nova forma deixou de conter o nome do sócio; sobre problemas financeiros dos IC disse conhecer várias casas vagas à espera de arrendamento e criticou a Direcção por ainda não ter sido divulgado o relatório da auditoria pedida no início do mandato.

O Presidente da Direcção refutou as críticas referentes às obras da 4ª fase e sobre as casas vagas, disse que a situação do mercado não é favorável e que a orientação da Direcção é

não arrendar casas abaixo dos preços de mercado, nem arrendar casas sem que as condições da casa cumpram as exigências legais, para evitar que se arrende a preço baixo, sem condições, podendo a curto prazo vir a ser exigida a feitura de obras que podem custar o equivalente a várias dezenas de anos de renda. Quanto ao relatório da auditoria, prometeu a sua divulgação no “site” dos IC.

Entrou-se depois, no Ponto Único da OT.

A Direcção, pelo seu Presidente Victor Damião, fez uma detalhada apresentação do Relatório e Contas distribuído, uma encadernação de 33 páginas reflectindo a actividade desenvolvida em 2007, as contas do exercício e o parecer do Conselho Fiscal. Das contas referem-se os valores do activo, bruto 11 266 218,67 € e líquido 6 653 670,82 € e do passivo total de 2 219 514,74 € e um resultado líquido de exercício com o valor negativo de 369 508,51 €

O sócio José Trindade registou a ausência no relatório, de uma referência ao falecimento de um ex-dirigente dos IC, o Sr. Mário Aguiar, criticou quem continua a recorrer a cartas anónimas para divulgar possíveis ocorrências sobre a instituição, denunciou um caso de demora na resposta a um pedido de arrendamento, saudou o número de novos sócios admitindo que algumas saídas pudessem relacionar-se com os problemas que houve com a emissão de quotas que se atrasou alguns meses e pôs em causa que esteja em curso alguma política de redução de pessoal, o que se vê é nalguns casos haver mais trabalhadores afectos a certas tarefas.

O sócio 20088 (Fernando Carvalho, Secretário da Direcção) assumiu divergências com a Direcção que justificam a sua ausência da mesa, junto aos membros da Direcção, por discórdias com o Presidente e fez diversas insinuações que não concretizou, prometendo que no futuro seriam conhecidas. Referindo-se a um inquérito da Segurança Social que está a decorrer disse que já foi chamado a depor mas sobre cujo conteúdo não pode falar e criticou que em reunião de Direcção não tenha sido discutido o relatório da auditoria pedido.

O sócio Miguel Oliveira pôs em causa a política de arrendamentos, designadamente num caso que referiu em que não se terá facilitado o arrendamento a um funcionário, e referindo-se às cartas anónimas que parece haver e que criticou, aconselhou a que se lhes não desse crédito. Se há um inquérito na Segurança Social ele só pode ter tido origem em queixas feitas directamente.

O sócio 16365 (Romão Cruz) criticou a existência de referências depreciativas a situações e práticas passadas, sobretudo se não é clara e objectiva a crítica e pediu o desdobramento do número de admissões em 2006 e 2007 e detalhe sobre a proveniência da verba de “outros proveitos e ganhos”, conta 791/9.

O Presidente da Direcção procurou responder às questões postas, assim: deu explicações sobre os resultados da auditoria, referindo a título de exemplo não perceber como era possível ter todas as funções de direcção administrativa e financeira num único funcionário; retomando o que já dissera sobre arrendamentos, confirmou que pelo preço justo não é fácil alugar e para alugueres de favor não contem com esta Direcção; com o aumento da idade média dos residentes e para garantir qualidade dos serviços, algumas

tarefas requerem agora mais pessoal que anteriormente; neste momento os medicamentos não são administrados só na enfermaria, mas em toda a instituição;

O sócio 18895 (Abel Santos) criticou a não concretização de expressões como métodos obsoletos e atentatórios da estabilidade da instituição referindo-se ao passado e questionou sobre se os actuais métodos garantem que não há risco de colapso financeiro, interrogando também sobre se há dívidas da CML referentes ao projecto LX-Amiga.

O Presidente do Conselho Fiscal esclareceu que a verba questionada advém de resultados extraordinários diversos, extra exploração, onde podem inclui-se vendas de património autorizadas pela AG.

Passou-se à votação dos documentos, com a presença de 162 sócios inscritos na sala. O resultado foi 132 (cento e trinta e dois) votos a favor, 0 (zero) contra e 11 (onze) abstenções.

Período de depois da OT, não havendo inscrições, encerrou-se a AG.

Visto e aprovado pela Mesa, aos dez dias do mês de Abril de dois mil e oito.

O presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário